

"Renegociar. usando os trunfos políticos"

por William Salazar
de São Paulo

O Brasil tem de recuperar sua "liberdade de ação" na condução da própria política econômica, perdida com o recurso ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Para tanto, deve "renunciar à assistência do FMI" quando essa assistência representa um cerceamento à autonomia do País e, como segundo passo, definir os termos da renegociação da dívida externa enquanto "devedor soberano", mobilizando os recursos políticos de que dispõe.

Essa a posição pró-moratória defendida, ontem, na Associação Comercial de São Paulo, pelo ex-ministro do Planejamento e professor da Universidade de Paris, Celso Furtado, em debate com o professor da Getúlio Vargas e diretor do Escritório Levy, José Júlio Senna, o qual sustenta que a moratória é "prejudicial ao País" e que o ponto central de uma nova renegociação da dívida, que também considera imprescindível, reside no estabelecimento de uma política econômica coerente.

Para Celso Furtado, o

País defronta-se com a opção básica de ajustar sua economia ao pagamento da dívida externa, ou ajustar o pagamento da dívida externa à manutenção da atividade econômica. "A prioridade", insistiu Celso Furtado, "é a retomada do emprego e dizer não à recessão." A fórmula do FMI, segundo ele, "escapa, foge às experiências e às atribuições estatutárias do Fundo, que é proibido de suprir recursos para sanar desequilíbrios na conta de capital do balanço de pagamentos dos países". O FMI está estruturado para tratar de déficits em conta corrente, mas, no caso do Brasil, o déficit em conta corrente "é consequência do problema da conta de capital".

CONTRA A MORATÓRIA

Senna é contra a moratória defendida por Celso Furtado. Ele argumenta que uma suspensão dos pagamentos implicaria a paralisação das operações de crédito comercial, concentrando o pagamento de importações financiadas e as pagas a vista, e rompendo o fluxo de financiamento de exportações, que representam uma antecipação de receita em moeda estran-



Celso Furtado

geira; a possível paralisação do fluxo de empréstimos de organizações multilaterais de crédito que, como o Banco Mundial, segundo ele, "têm mostrado muito boa vontade para com o Brasil"; problemas com o não pagamento de papéis brasileiros no exterior, o que levaria anos para resgatar a confiança de investidores em títulos brasileiros, e o "principal": o isolamento do País no mercado mundial, "cuja extensão não se pode prever", daí resultando um desenvolvimento "autárquico do País".

Sustentando que o País, antes de mais nada, tem de

ter um programa econômico coerente, Senna propõe uma política de seis pontos: definição clara da filosofia de governo em relação a vários instrumentos de política financeira, "para eliminar a incerteza"; investimentos na área social, que "foram poucos e mal feitos" nos últimos anos; liberdade para o setor privado, o que significa "deslegislar" e desestatizar; descentralização de recursos, levando mais dinheiro a estados e municípios; manter a ênfase nas exportações, eliminando entraves burocráticos; e, por fim, uma firme estratégia de redução dos subsídios.

Na réplica, Celso Furtado destacou que falar em suspensão de créditos não tem muito sentido, na medida em que o País já está, praticamente, pagando boa parte de suas importações a vista; que em termos de compra de petróleo "a questão é política", dado que o País importa de fornecedores estatais, e o Brasil ajudou "a consolidar a união da OPEP" nas negociações Norte-Sul, quando o Norte tratava de colocar uma cunha entre países importadores de petróleo e os exportadores.